

# BERTHA BECKER

|| POR RICARDO ISMAEL, MARCOS FORMIGA E ROSA FREIRE D'AGUIAR

**B**ertha Becker recebeu *Cadernos do Desenvolvimento* em seu espaçoso apartamento da avenida Atlântica, no Rio de Janeiro. Era uma tarde ensolarada de maio e ela fez questão de, antes de iniciar a conversa, mostrar a bela vista da praia de Copacabana e o calçamento de pedras portuguesas que, do alto, parece reproduzir a geometria de um desenho indígena. Esse detalhe para o qual ela chama a atenção dos visitantes logo a remete à Amazônia, menina dos olhos dessa jovem senhora de 81 anos que, desde mocinha, recém-formada em geografia e história pela Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, percorre o país movida pelo desejo de descobrir fronteiras novas, territórios e povos pouco conhecidos. Bertha Becker é uma das maiores geógrafas brasileiras e grande especialista das questões amazônicas, em especial em sua dimensão geográfica e política. Nela, a curiosidade pelo novo se traduz no brilho do olhar, na vivacidade com que fala de suas inúmeras atividades, ora coordenando projetos de pesquisa, ora participando da implantação de políticas públicas com equipes ministeriais e acadêmicas, ora como consultora de instituições científicas. No momento, polariza sua atenção o livro que está escrevendo

sobre seis cidades da Amazônia que conheceram surtos de crescimento. É com entusiasmo contagiante que ela fala da descoberta que fez, ao pesquisar para esse livro, de que a imensa área amazônica que se situa ao redor e acima de Manaus foi caribenha, antes de ser portuguesa, espanhola ou brasileira. Bertha Becker fez pós-doutorado no Massachusetts Institute of Technology, em 1986, e hoje é professora emérita da UFRJ, onde coordena o Laboratório de Gestão do Território. Membro da Academia Brasileira de Ciências, agraciada com importantes condecorações no Brasil e no exterior — expostas numa mesinha envidraçada do salão —, ela discorre nesta entrevista, entre outros temas, sobre sua trajetória acadêmica, os problemas da Amazônia, a polêmica que opõe o desenvolvimento à preservação da natureza, a agenda debatida na recente conferência do desenvolvimento sustentável, a Rio+20, e apresenta instigantes propostas para os problemas da Amazônia, afirmando, na contracorrente, que é pelo desenvolvimento que vai se preservar a floresta.

252-267 >>



|| FOTO ISABELA KASSOW

**RICARDO ISMAEL. Seria interessante que a senhora começasse contando o que motivou sua opção pela geografia e pela história, da perspectiva da geopolítica.**

BERTHA BECKER. São várias as razões de minha escolha e de minha trajetória. Meus pais vieram da Europa, atravessaram o Atlântico para a América, que era a grande fronteira. Acho que herdei um pouco disso: a busca pelo desconhecido. Tenho um desejo enorme de desbravar. Meu pai nasceu na Romênia, minha mãe na Ucrânia. Casaram-se aqui. Sempre tive esse desejo de desbravar, de descobrir. Atualmente, é a questão da economia verde, ah, isso me deixa sem dormir. Preciso saber o que é essa economia verde, preciso interpretar, entende? E, para mim, “fazer a América” foi sempre isso: descobrir fronteiras novas. Quando comecei, era maravilhoso, porque ainda havia este imenso território para descobrir. No início de minha carreira na Universidade Federal do Rio de Janeiro, comecei estudando a expansão da pecuária no Sudeste do Brasil. E fui para Montes Claros, e lá descobri o capitão Enéas, que tinha sido “macaco” de Lampião, e depois foi empregado da família Dornelles, para abrir matas e estradas de ferro no norte de Minas Gerais. Estive com ele pessoalmente. Ver como a fronteira estava sendo aberta, realmente, me deixava exultante. Ele era ao mesmo tempo um pioneiro e um bandido. Claro, matava todo mundo que estava no meio do caminho. Mas se vocês quiserem cortar depois essas coisas, podem cortar, hein.

**ROSA FREIRE D'AGUIAR. Não, não!**

E estudando a pecuária fui para o norte de Minas. Eu levava um bando de alunos e de professores, e ali percebi que os fazendeiros estavam comprando terras no norte de Goiás. Isso já nos anos 1960. Foi quando descobri o movimento dos pecuaristas em direção à Amazônia. E então eu ia atrás: Triângulo Mineiro, oeste de São Paulo. Queria seguir e estudar o caminho que eles estavam seguindo. Essa fronteira, que todo mundo pensa que é coisa nova na Amazônia, começou no final dos anos 1950 ou 1960, no Sudeste do Brasil, com a derrubada de matas. Por que estou chamando atenção para isso? Porque foi uma mudança enorme no Brasil. Historica-

mente, fazia-se agricultura em área de mata e pecuária em área de campo, de cerrado, desde o Nordeste. Mas houve uma mudança e se passou a cortar a mata para aí implantar pastagens, porque a pecuária se valorizou enormemente, não só por causa do abastecimento das cidades, mas sobretudo porque passou a ser um elemento importante da apropriação de terras. A maneira mais fácil de se apropriar de grandes extensões de terra é pela pecuária. Foi um momento importante no sentido de mudança do padrão de ocupação do território: pecuária em área de mata, e não só em área de campo, quando antigamente só agricultura se fazia em área de mata. Então comecei a organizar minha pesquisa, com alunos e professores, em direção a Goiás e à Amazônia, e seguindo a expansão da fronteira, que era o novo. Peguei todo o processo dos grandes conflitos de terra no Bico do Papagaio, primeiro os nordestinos chegando, depois outros grupos vindo do Sudeste, e depois os grandes empresários. E então veio a política dos militares dando incentivo, estímulo, crédito a juros baixos...

**RICARDO. A senhora conclui seu doutorado nos anos 1970 no Instituto de Geociências da UFRJ, universidade em que irá se fixar como professora e pesquisadora. E será responsável pela criação de um grupo de pesquisas no Rio de Janeiro.**

Ah, sim, criei um laboratório de gestão de território, que coordeno até hoje. E ali tem Claudio Egler, tem Lia Machado, Ana Maria Bicalho e Scott Hoefle, que é de origem americana, mas já brasileiro. Todos hoje em dia estudam a Amazônia. Acho que deixei bastante gente interessada no assunto, estimulei muito as pessoas.

**RICARDO. A senhora também tem uma passagem pelos Estados Unidos, tendo estudado em 1986 no Department of Urban Studies and Planning do MIT [Massachusetts Institute of Technology].**

Fiz um tipo de pós-doutorado no MIT, a convite da professora Karen Polenske. Mas não acabei de falar de outra influência importante na minha pesquisa da Amazônia. É que fui convidada, por acaso, para dar aulas no Instituto Rio

Branco, do Ministério das Relações Exteriores. Quem dava as aulas era o Arthur Weiss, mas ele teve um aneurisma cerebral e morreu de repente. Então, o Hilgard Sternberg, que anos antes tinha sido meu catedrático, e que foi quem me convidou para ser professora na UFRJ – depois ele foi para Berkeley e nunca mais voltou –, indicou meu nome. Assumi a cadeira de geografia no Instituto Rio Branco, e logo vi que o programa era absolutamente ridículo, porque falava de *plantation*, uso da terra, essas coisas que se estudavam no ginásio. Pensei: assim não é possível! Tenho que descobrir uma geografia que sirva para quem vai ser diplomata. Não vou ficar dando *plantation* de novo aqui. Então descobri a geografia política e a geopolítica, e isso para mim foi crucial, porque a geografia é uma ciência política, não tenho a menor dúvida. E me aprofundei na geografia política e na geopolítica. Fiquei cerca de dez anos no Rio Branco. Formei muitos diplomatas.

**MARCOS FORMIGA. Esse contato com a geopolítica é anterior ou posterior à chegada ao poder do general Golbery do Couto e Silva, que deu tanta importância à geopolítica no regime militar?**

É posterior. Mas acho que ele se inspirou na geopolítica alemã, que é muito distorcida. Você pode usar a disciplina do jeito que quiser. Eu gosto da geopolítica porque ela estabelece as relações entre poder e território, e isso é crucial. Não para distorcer, como fazia a Alemanha ao dizer que o Estado, para crescer, tem que ocupar mais espaço. Não é assim. Isso já foi da cabeça dos militares. Saber analisar as relações entre espaço e poder é que é o interessante.

Quando eu estava no Rio Branco, vivia dizendo ao embaixador Antonio Correa do Lago, de quem eu gostava muito, que os rapazes precisavam conhecer o Brasil antes de representar o país lá fora. Porque aquela garotada da elite das capitais litorâneas não conhecia o Brasil. Até que um belo dia eles resolveram organizar uma viagem às fronteiras do Brasil. Foi o Projeto Cisne. Foi gente do Itamaraty, tivemos um avião da FAB, fomos recebidos nas instalações da Marinha. A única professora do Rio Branco era eu. Preparei os alunos e fomos, primeiro para Corumbá, no avião da FAB, depois para

Cáceres, depois Guajará-Mirim, a Guajará-Mirim boliviana nos convidou, e depois fomos para Rio Branco. Então, vejam, por um lado, eu tinha aquela ideia do pessoal avançando a fronteira por Goiás e subindo o Amazonas; por outro, faço essa viagem e descubro essa região isolada... Onde ninguém conseguia escutar uma rádio brasileira. E isso em 1970! Era só a Voz de Cuba e a Voz da América! Sabem lá o que é isso nas fronteiras do Brasil? Eu me apaixonei por aquela região, nunca mais larguei. Eu era muito braba nos vestibulares do Rio Branco, e os alunos me chamavam de Tigresa de Haifa. Pois quando, nessa pesquisa de campo, cheguei ao Mato Grosso, virei a Jaguatirica de Ponta Porã. Fantástico! Eu adoro esse Brasil, sabem? Viajar por aí, descobrir coisas... É bom demais. E bem, aí, pronto, nunca mais larguei a Amazônia, fiz projetos para o CNPq, levei alunos, desenvolvi uma metodologia *sui generis*, peguei caminhonetes do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que eles me davam com gasolina, engenheiros e tudo! Anos depois vim a saber que o pessoal do DNER era muito malvisto pelas populações locais, porque eles tinham ajudado a pegar o pessoal da guerrilha que estava escondido em Xambioá, justamente por onde eu andava...

**MARCOS. Nessa época, a senhora chegou a percorrer a Belém-Brasília? A Transamazônica?**

Belém-Brasília e Transamazônica. Vi a Transamazônica sendo construída, aquelas cidadezinhas que nasceram com a construção da estrada. Estive em todas elas: em Rurópolis, onde havia uma corrida do ouro desenfreada; em Itaituba, mais para o oeste do Pará. Não conseguimos dormir, tamanho era o alvoroço dos aviõezinhos que iam lá buscar o ouro, de noite, de manhã, de tarde – não tinha horário. Era a época da grande corrida do ouro na Transamazônica.

**ROSA. Retrospectivamente, e com a visão geopolítica que sempre a guiou, o que a senhora acha que motivou o projeto da Transamazônica?**

Minha interpretação é que esse projeto nasceu por uma questão geopolítica mesmo. Nesse momento, o presiden-

te da Colômbia resolveu fazer a grande rodovia Bolivariana Marginal de La Selva. A rodovia de La Selva é a que hoje corta perpendicularmente, acompanhando a costa do Pacífico, toda a América do Sul. Para o Brasil, isso significava, de certa maneira, ter uma saída para o Pacífico, quando sempre tivemos, com predomínio maior, a saída para o Atlântico. Minha hipótese é que os militares pensaram que haveria o risco de, com a Bolivariana de la Selva, o domínio do interior da Amazônia pender mais para o Pacífico, o que não nos interessava em absoluto. Tínhamos que garantir a presença brasileira no interior do continente. Essa hipótese faz sentido porque a Transamazônica é exatamente isso, vai do interior ao Atlântico. Agora tem esse Projeto Norte Competitivo, já viram? Do setor industrial. E a Transamazônica ficou completamente esquecida. Estão dando ênfase a três grandes eixos fluviais, o que, aliás, está ligado a essa questão das eclusas. Olhem a geopolítica aí. Querem construir hidrovias, e aquele trecho da Transamazônica que ficou abandonado, no estado do Amazonas, continua sem nenhum projeto. Lábrea, Humaitá, está tudo abandonado. O que é um absurdo: você abre uma estrada, o pessoal se mobiliza, vai para lá, depois se larga tudo? Mas agora a ênfase está na integração das fronteiras. Os interesses são outros, a logística é outra. E a Transamazônica ficou abandonada. Acho péssimo, não se pode abandonar o povo assim. Sempre lutei pelas hidrovias na Amazônia, é óbvio. Mas, primeiro, não sei se precisa fazer hidrelétrica para fazer hidrovias. E, segundo, 27 eclusas, também não sei se é necessário. *Soy contra*. Desconfio, e também gosto sempre de brigar um pouco, sabem?

**RICARDO. A senhora poderia falar um pouco de suas influências do ponto de vista metodológico e analítico, sobre a utilização da dimensão territorial e dos mapas? Em que fonte bebeu para estabelecer suas referências teóricas e metodológicas?**

Bebi na fonte da própria geografia mesmo, porque ela é uma disciplina política, então o mapa é crucial. Não se pode trabalhar sem o mapa. Na geografia, é Yves Lacoste. É Ratzel. Mas é também Michel Foucault, que eu adoro, com a coisa da microfísica do poder. Eu uso mui-

tos autores dos quais retiro a parte que me interessa de geopolítica, e faço minhas interpretações. Henri Lefebvre, por exemplo, foi crucial para minha formação. Tem muita gente que o cita pelo tema das cidades, mas ele tem um livro chamado *De L'État*, que para mim foi uma bíblia, no qual faz uma interpretação do papel do Estado, da relação do Estado com o espaço. François Perroux também. Todos que lidaram com território e com espaço foram importantes para mim. Essa é minha parte predileta da geografia. O território é essencial na geografia.

**MARCOS. Curiosamente, o planejamento no Brasil não tem valorizado o território nos anos recentes. O plano plurianual, que é o máximo de planejamento que hoje se consegue fazer, só tem referências setoriais, e nada de territorial.**

Este último até recuou em relação aos PPAs anteriores, que tinham alguma coisa a mais de território. Acho que é um erro tremendo, porque na essência todo mundo sabe o valor do território. Não entendo por que esses planos vêm sem território. Ou você acha que não se valoriza o território? Claro que se valoriza. Todo mundo quer se apropriar das terras, das riquezas. Tem que se levar em conta no planejamento a questão territorial. O planejamento não se faz no ar, mas em cima dos lugares no território, não é isso? Celso Furtado foi uma referência fundamental no planejamento do território. E ele tinha também uma visão histórica do território. Levantava uma questão e respondia com a história. Era assim que ele fazia. E resgatou o território.

**RICARDO. Da Constituição de 1946 em diante, começa-se a ter essa preocupação.**

É isso, sim. Com Getúlio, tem-se a Marcha para o Oeste, o crescimento de São Paulo, a expansão do café, as fronteiras cafeeiras, em suma, a expansão agrícola. Isso tudo foi revalorizando o território. Com o governo Kubitschek, nem se fala, foi energia & transporte para ocupar todo o território. E com o governo militar a coisa prosseguiu. Aí o Golbery também teve sua importância, só que a visão deles sobre a geografia era muito fraca, e

se serviam da geografia para fazer geopolítica, e desta para fazer política. Como se nossa função fosse fazer só a descrição... E a parte política fosse com eles... Mas o II PND, na época do Reis Velloso, ainda tinha a preocupação territorial, sem dúvida.

**MARCOS. É a partir daí que começam a desaparecer do planejamento as referências territoriais?**

Bem, não sei se a partir daí começam a desaparecer, mas a preocupação já foi muito maior. Agora a preocupação é com a integração sul-americana. A coisa mudou. Antes era a preocupação com a integração do território nacional. Agora estamos numa escala territorial ampliada, que é basicamente a América do Sul. Não é em detrimento da nacional, pelo contrário, é o Brasil se expandindo no continente.

**ROSA. Mas não seria preciso prosseguir a expansão, ao menos a consolidação do território nacional?**

Precisaria, sim, porque a Amazônia até hoje não está consolidada. A Amazônia continua sendo vista como o grande almoxarifado, o lugar onde o resto do país vai pegar coisas. A energia das grandes hidrelétricas, por exemplo. O que está previsto para a Amazônia? Grandes hidrelétricas, grande circulação fluvial para exportação da soja – é basicamente para exportação da soja –, para alimentação das indústrias de alumínio, e para fornecer energia para o Brasil. Ninguém está fazendo um plano para a Amazônia. Tem um plano para a Amazônia? Nunca teve. É claro que queremos que ela faça parte do Brasil, mas é preciso levar em conta as características da região, para fazer um planejamento que considere a população, que respeite as características regionais! Porque no Nordeste teve um, não teve? Com Celso Furtado. A Amazônia nunca teve. Então, ela sempre fica no papel de fornecedora de coisas para o país. Deve fornecer? Acho que sim. Faz parte do país. Mas não só, não se pode torná-la apenas um almoxarifado. Ela deve ter um plano para um aproveitamento de acordo com suas características. Então, o que é a Amazônia dentro do planejamento regional? É circulação fluvial, é logística da soja, é hidrelétrica para abastecer o Brasil, são

empresas de alumínio a baixo custo. E, meus queridos, é basicamente a internacionalização da Eletrobras. Isso está dito em 2011 pelo ministro Edison Lobão.

**RICARDO. No governo Kubitschek tivemos a criação da Sudene, em 1959, que buscava promover a industrialização da região Nordeste e sua integração ao centro econômico do país. De forma semelhante, na região Norte surgiu a Zona Franca de Manaus, com seus primórdios definidos na Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, tendo sido consolidada pelo Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. Como a senhora avalia essa iniciativa e seus desdobramentos ao longo desses anos?**

Importantíssima geopoliticamente, a Zona Franca de Manaus foi essencial para a Amazônia. Porque introduziu uma economia não digo industrial, mas semi-industrial, numa área de fronteira – o extremo norte do país – que não tinha nem sequer economia mercantil. A Zona Franca foi um posto avançado, a meu ver fundamental. É um grande sucesso.

**MARCOS. Ela movimenta 40 bilhões de dólares por ano.**

Pois é. Tem muita gente que não está de acordo comigo, mas acho que foi essencial, por ser um posto avançado de fronteira, de controle do território, de dinamização da economia. Mas pode-se fazer muito melhor. A concentração continua do mesmo jeito, em torno de Manaus. Mas antes não tinha nada, eram uns pontinhos no mapa, umas cidadezinhas. O desafio é levar o desenvolvimento para o interior. Eu tenho feito sugestões a respeito. É com planejamento que se conseguirá. As cidades têm um papel crucial na Amazônia. Algumas devem ser dinamizadas, dentro de uma rede, porque isso é que traz dinamismo à economia. Jane Jacobs tem vários livros sobre o tema. Não são as economias nacionais que fazem o dinamismo, são as cidades.

**MARCOS. A Suframa [Superintendência da Zona Franca de Manaus] é um enclave econômico bem-sucedido pelo valor que consegue movimentar a cada ano, e é um**

**exemplo de conservação, porque a grande atividade econômica da região não sacrificou a floresta.**

Exato. E ainda tem mais essa, não é?

**MARCOS. No entanto, dois terços do que produzem, em vez de honrar o nome de Zona Franca para produzir e exportar para o exterior, é o mercado interno que consome. Ainda estão em débito com esse compromisso.**

Mas a Zona Franca é para o mercado interno.

**MARCOS. E recentemente, em acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, que era do CNPq e hoje é do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, houve uma mobilização nos nove estados em que a grande palavra de ordem é exatamente a que a senhora citou no início da entrevista: economia verde.**

Ih, meu Deus do céu!

**MARCOS. Eles acham que as matérias-primas, os recursos naturais do almoxarifado a que a senhora se referiu precisam se valorizar e agregar valor lá mesmo na região.**

Já se fala nisso há quinhentos anos. A economia verde, na minha opinião, é um aprofundamento do sistema capitalista para abrir novas fronteiras a fim de fugir da crise. Agora vão atacar os recursos naturais, que estão onde? Na América do Sul, no Brasil e na África.

**MARCOS. Mas a economia verde promete tecnologias limpas e produção de energia alternativa.**

Agora você tocou no ponto. Sim, mas onde vai ser desenvolvida a tecnologia? Nos países centrais. Vamos ficar dependendo da tecnologia deles. A primeira coisa que o Brasil deveria fazer na economia verde, e que já devia ter feito há muito tempo, é acabar com o desperdício. Se acabasse, o que já ia ganhar e crescer a gente nem imagina! O Brasil é um país que se caracteriza historicamente pelo desperdício em todos os setores. Vamos começar por aí. Só em energia elétrica já vão mais de 20% de perdas na produção e na distribuição, conforme estudos do BID. Desperdício de 20% é equivalente a uma Itaipu. Então,

precisa fazer 27 hidrelétricas na Amazônia? E tem também o desperdício nos alimentos, na indústria, em tudo, tudo. O desperdício é histórico.

**MARCOS. De um lado, a economia verde, bandeira que a Amazônia ostenta, e para a qual está preparada; de outro, o novo Código Florestal aprovado no Parlamento, que é um retrocesso. O que acha desse paradoxo?**

Isto é Brasil. Mas meus colegas da Amazônia ficarem endossando essa economia verde é algo fora do comum. Não tenho andado por lá, senão já tinha tirado isso da cabeça deles. Agora é tarde, não dá mais. Na Rio+20 estou na mesa do diálogo “Florestas”. Os americanos estão dizendo: “Temos de pôr a floresta na agenda da pobreza”. Não dá para engolir isso! Afinal, já que ainda estamos no sistema capitalista, não vamos acabar com a pobreza se não for por meio das atividades de mercado. Mas de um mercado REGULADO. Não vai ser dormindo na floresta. E tem também esse Redd, que paga por redução das emissões por desmatamento e degradação aqui, com o direito de continuar a emitir lá. Sou absolutamente contra isso.

**RICARDO. Estive lendo seu livro *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. E, como sou cientista político, me chamou muito a atenção uma passagem em que a senhora se refere ao livro clássico de Karl Polanyi intitulado *A grande transformação: as origens de nossa época*, especialmente quando aborda a mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro. Essas eram as mercadorias fictícias na Inglaterra do século XIX, segundo Polanyi. No seu livro a senhora diz que hoje as mercadorias fictícias seriam o ar, a vida e a água. Gostaria que abordasse essa questão.**

O Redd nada mais é que o mercado de carbono, o qual, por sua vez, é a mercantilização do ar, não é mesmo? Quantas cotas de ar você pode usar? É o que está acontecendo. Não se trata de reflorestamento. Trata-se de transformar o ar em mercadoria. Alguém antes falava em carbono? Ninguém. Agora ele virou uma mercadoria. E a água? A água, no final do século XX, foi mercantilizada. Começou com a história da catástrofe, do apo-

*calypse now*: não tem água suficiente para o planeta, haverá guerras pela água. No fundo, trata-se de quê? De uma crise produzida, porque não tem água para todos, mas tem para alguns. No caso do Brasil, então, nem se fala, temos abundância de água, por um lado, e por outro nem todos têm acesso à água. Então, é uma crise de gestão, uma crise econômica e política, de escolha de investimentos, e não uma falta de água. E por que no final do século XX a água virou pivô de uma possível catástrofe? Para poder ser cobrada: foi a mercantilização da água. Cobrar do povo na Amazônia pela água é um absurdo, porque a região tem abundância de água e ninguém tem acesso à água. Vão cobrar o quê? É uma injustiça. Não gosto desses discursos apocalípticos de que o planeta está acabando... O Brasil tem muita água, não sofre desse problema. Quem sofre hoje é a Europa, que é muito povoada e tem poucos recursos novos. Numa reunião internacional, sou obrigada a dizer essas coisas: nós, Brasil, e também Índia, China, os Brics, temos uma situação completamente diferente da dos europeus. Temos grandes territórios, com a alternativa de ir para o interior. Claro que a riqueza está na costa, mas temos alternativa. Segundo ponto: estamos tirando da miséria uma população que vai entrar no mercado de consumo, não podemos acabar com esse mercado de consumo enquanto os países ricos estão com esse mercado estourado. Quem sustenta todo esse movimento em torno do IPCC [Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas] são Suécia e Inglaterra, os grandes arautos da *global sustainability*: a Inglaterra é uma ilha, e se houver realmente elevação do nível do mar ela simplesmente acaba; a Suécia é a Europa marítima, uma península quase que só costa, e também estará em maus lençóis se subir o nível do mar. Então, *global sustainability* não pode ser igual para todo mundo. Temos território diferente, recursos diferentes, populações com culturas e níveis de desenvolvimento diferentes. Não pode ser o mesmo modelo. E o segundo ponto, que realmente me deixa muita surpresa, é que não se fala nas causas econômicas. Se vocês repararem bem, é assim: “Estão destruindo a biodiversidade, a água é escassa, temos que

salvar as florestas”. Mas ninguém diz por que está havendo a destruição. Por que se destrói a floresta no Brasil? Porque se quer fazer pastagem e plantar soja. Ninguém fala nas causas, no sistema econômico-financeiro como causa. Então, é preciso mudar essas maneiras. E aí é que tenho medo da economia verde. Ela não é para mudar, tem o discurso da mudança, mas na verdade é para ter uma saída. Uma saidinha para aprofundar mais, entrar nos recursos naturais.

**MARCOS. Com relação à sustentabilidade global e à agenda da Rio+20, onde a senhora se situa nessa discussão entre ecologistas e desenvolvimentistas?**

Ah, eu sou desenvolvimentista. Do contrário, não estaria no Centro Celso Furtado... Eu entro em todas essas discussões ambientais para brigar por um desenvolvimento responsável, porque é falsa a dicotomia entre conservação e desenvolvimento.

**MARCOS. A posição da ONU é não separar meio ambiente e desenvolvimento. Mas ecologistas acham que o meio ambiente está pagando um preço altíssimo por essa união.**

Deus nos livre de criar uma agência só de meio ambiente e internacionalizá-la. Imagine no caso da *global sustainability*, e uma agência ambiental global querendo fazer a mesma coisa no mundo todo. Não pode.

**ROSA. Indo um pouco adiante, é antigo esse debate entre desenvolvimento e destruição da natureza, o próprio Celso tratou dele no livro *O mito do desenvolvimento econômico*, de 1974, em que alertava para o binômio crescimento econômico versus preservação. Em entrevista sua, a senhora afirma que o preservacionismo exagerado chegou até a frear o desenvolvimento da Amazônia, na década de 1990.**

Bem, quanto ao antagonismo, não pode ser *versus*. Mas, de fato, no início dos anos 1990 o Estado estava em crise política e econômico-financeira. As populações tinham, com toda a razão, muitas queixas contra as políticas públicas. Veio a questão ambiental e tomou conta do

negócio: entrou a cobrança da água, entrou o ambientalismo fortíssimo. Veio o PPG7, que era o programa piloto para proteção das florestas tropicais brasileiras, com dinheiro de fora, um programa já todo montadinho. Claro que o Brasil participava, mas a pressão pela preservação era muito forte, como eu mesma verifiquei, quando fui por alguns anos vice-presidente do PPG7. Não é possível colocar a preservação *contra* o desenvolvimento. Sou desenvolvimentista, o que não significa que ache que se deva sair destruindo tudo. Pode-se perfeitamente desenvolver sem fazer destruição maciça, conhecendo os limites, até onde se pode ir. É questão de limites mesmo. Mas na década de 1990 houve uma pressão externa ambientalista muito forte no Brasil, em relação a terras indígenas, unidades de conservação, pontos de preservação. Desenvolvimento contra destruição da natureza é uma falsa polêmica, uma falsa oposição. Pode-se perfeitamente desenvolver sem destruir dessa forma. Não vamos conseguir fazer nenhuma revolução comunista-socialista no momento, não é mesmo? Então, temos de tentar mudar o modelo e acabar com esses excessos terríveis, como os que existem no nosso modelo de Amazônia, que ainda é de economia de fronteira, desde o início da colonização. Isso tem que mudar.

**ROSA. Mas esse limite não é muito tênue? Como é que muda?**

Bem, não pode ficar destruindo a floresta para pastagem. Isso não pode. Tenho minhas sugestões. A floresta em pé deve ter valor econômico para poder competir com a soja e com a pastagem. Se não tiver valor econômico, não compete; dentro da lógica capitalista, vai para o chão.

**RICARDO. A sua trajetória como pesquisadora e também seus livros mostram que na Amazônia existe uma sociedade civil. O episódio do massacre em Eldorado dos Carajás, no estado do Pará, projetou nacionalmente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Não podemos deixar de lembrar Chico Mendes e suas ações no mundo rural. Muitos conflitos agrários e, infelizmente, muitas mortes têm marcado a região Norte no processo**

**de redemocratização do país. Como a senhora avalia a sociedade civil hoje na Amazônia? Ela tem força para participar do debate atual?**

Só posso dizer que ela avançou muito em relação ao que era. Hoje em dia, você tem sociedade civil que reivindica, luta por suas coisas. Houve uma mudança muito grande, até por causa da mobilidade da população. Tirava-se gente de uma fazenda daqui, levava-se para outra fazenda dali, muitos peões eram continuamente expulsos das terras. Essa gente foi rodando tanto que acabou criando certa conscientização, uma organização. Além disso, a Igreja católica teve um papel crucial na Amazônia, na década de 1970. Por onde se anda, do Acre ao Amapá, qualquer movimento que se encontra tem origem na Igreja católica. As comunidades de base tiveram um grande papel. O problema é que esses movimentos muitas vezes são rapidamente cooptados. O Chico Mendes, por exemplo, quer coisa mais autêntica? Era a ideia de defender suas terras para manter sua forma de viver. Mas foram rapidamente transformados em “sentinelas da floresta”. Aquelas ONGs todas dizem que os seringueiros são as sentinelas da floresta. A função deles passou a ser essa, quando no início não era, de jeito nenhum. Chico Mendes lutou para ser sentinela da floresta, ou para salvaguardar seu modo de vida, o de sua família, de seus colegas, o que era a vida nos seringais? Então, jorra uma montanha de dinheiro de igrejas, de instituições para os “sentinelas da floresta”. E esvazia-se o movimento. De qualquer maneira, organizaram-se muitos grupos, graças ao contexto histórico de ajuda da Igreja católica, e depois dos sindicatos. Isso forjou movimentos importantes. Alguns foram esvaziados, outros não. Por exemplo, Santarém tinha um fortíssimo movimento sindical do pessoal do porto, que historicamente soube resistir.

**RICARDO. Hoje o jornal *O Estado de S. Paulo* publica uma pesquisa do Ibope, encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizada em dezembro de 2011, a qual mostra que 94% dos brasileiros têm alguma preocupação com o meio ambiente. A senhora acha**

### **que o debate público nacional incorporou a questão ambiental, ou isso é um modismo?**

Acho que está havendo incorporação. E até mesmo que a sociedade incorpora melhor que os ambientalistas. E melhor que certos políticos. Porque incorpora no sentido de que tem de haver alguma proteção, de que não se deve destruir tudo. Mas não no sentido de que não se deve tocar. É essa a diferença. Tem de tocar, sim, na Amazônia. Tem de desenvolver, industrializar, usar. Este é o nosso desafio: utilizar sem destruir maciçamente.

### **ROSA. A senhora provavelmente compra muita briga com essas afirmações.**

Eu compro muita briga, mas não me importo. Eu sou brigona, já falei. Estou com 81 anos. Enquanto puder brigar, brigarei, não é mesmo? Sou desenvolvimentista, mas defendendo o ecossistema, é evidente. Sempre fui a favor, por exemplo, da navegação fluvial. Mas, quanto às hidrelétricas e eclusas, tenho que pensar de novo. Que navegação fluvial é essa que estão querendo? É necessária? Não se pode fazer a limpeza do leito do rio para a navegação? Tem que fazer uma hidrelétrica, uma eclusa? Isso é o nosso desafio em relação à Amazônia: descobrir a maneira de produzir sem causar destruição maciça. Para isso, como eu já disse, é preciso atribuir valor econômico à floresta em pé, para que ela consiga competir.

### **ROSA. Por quais pistas enveredar? Via ciência e tecnologia?**

Sem dúvida. Propus uma revolução científico-tecnológica para a Amazônia. A ciência e a tecnologia têm que descobrir como produzir sem causar destruição maciça. Existe, por exemplo, uma economia da floresta em que se usam todos os elementos de modo integrado e não destruidor. Temos de pegar a experiência do extrativismo tradicional e transformá-la em algo do século XXI. Há experiências, há uma tradição, uma cultura que pode ser incrementada, uma inovação incremental, como se diz. Não é uma inovação violenta, mas uma inovação gradativa. O que eles fizeram de descobertas para lidar com os lagos dos rios, por exemplo, é algo belíssimo. Isso é uma forma. Pode-se

pensar em como utilizar a água, na medida em que ela dá hidrogênio. Com a pesca há também muito o que fazer, pois nossa indústria pesqueira é rudimentar. Sem falar nos recursos minerais, que são gigantescos. Os recursos genéticos, então! Uma de minhas propostas tem sido a de fazer fármacos. Muita gente diz: “Ah, fármacos na Amazônia, os grandes laboratórios não vão deixar”. Mas temos um imenso mercado doméstico na área da saúde, esqueçamos os grandes laboratórios. Não podemos fazer para o mercado doméstico? Os fármacos, os fitoterápicos, os cosméticos, seriam das coisas mais importantes da Amazônia. E até sugeri um tipo de modelo que leve em conta as faixas de vegetação. A primeira delas é o cerrado. Depois, tem-se a mata ombrófila aberta, de grandes extensões. Depois, a mata com ombrófila densa. Ninguém fala disso. No entanto, uma é completamente diferente da outra. O cerrado já foi destruído em 40%. A mata ombrófila aberta e de transição, que pega Rondônia, grande parte do Acre, do Pará e do Mato Grosso, já foi destruída em 50%. E a mata ombrófila densa ainda está bastante conservada. É onde estão Manaus, Tefé e cidades esparsas. Numa mata densa, o nome está dizendo, cada árvore tem cerca de 150 metros. Tudo isso, vejam vocês, é a borda leste da grande floresta amazônica sul-americana. Então, chamei essa mata densa, que ainda está conservada, de coração florestal. E minha proposta é que se façam coisas diferentes de acordo com essas unidades, que são de cobertura vegetal diferente e apropriação humana diferente. No cerrado, por exemplo, tem que reflorestar uma parte, e acabar com um bocado de pastagem. Aliás, agora no cerrado estão fazendo etanol e biodiesel. Sabiam disso? Substituindo. Mas eu tenho dito ao pessoal do agronegócio uma coisa que eles não apreciam muito: que têm de fazer a industrialização da produção. Eles enchem a boca com o termo agroindústria, mas de agroindústria tem pouco. Aquilo é mais agronegócio. Por exemplo, agora estão exportando a soja, nem mais em farelo, mas bruta, porque assim a China quer. Exportam em bruto, que tal? Isso é agroindústria? Quando fiz o macrozoneamento da Amazônia, chamei os sojeiros para conversar. E disse: “Os senhores têm de partir para

a industrialização, não é possível ficar sem agregar valor, mandando isso tudo para fora em estado bruto”. Eles responderam: “Ah, mas existem áreas especializadas”. Bem, este é só um exemplo.

Já a mata aberta, destruída em 50%, é a área da madeira. Aí sim, tem que reflorestar, fazer grandes indústrias de madeira. A Amazônia não possui uma indústria de madeira que se preze, só tem umas indústrias moveleiras. Nós não fazemos nem a madeira, quanto mais o etanol da madeira. Mas essa seria uma área de madeira: reflorestar, dar concessões. Porque eles estão dando concessões para explorar madeira na mata densa, o que é um absurdo. Eu tenho brigado com o pessoal do serviço florestal. Naquela maravilhosa mata densa não tem de dar concessão para exploração.

tal não se dê título de terra. Concessão só para determinadas coisas. Sou bem radical nesse ponto. E até sugiro transformar Manaus em uma cidade internacional com base na prestação de serviços ambientais. Criar uma bolsa de valores para vender serviços ambientais, em Manaus, criar muita pesquisa. Manaus precisa ter uma posição estratégica diante da floresta amazônica, que nenhuma cidade do mundo tem. Quem pode fazer esses serviços ambientais? As cidades mundiais são mundiais porque dominam os grandes serviços avançados. E ali o serviço avançado é esse. E, se for o caso, se estatiza o coração florestal. Certa vez, numa reunião na Escola Superior de Guerra, fiquei numa mesa com dois generais – um deles eu já conhecia, pois ele servira na Amazônia – e disse tudo isso a eles. Os generais disseram: “Isto é

***A Amazônia precisa de um planejamento que leve em conta a população, respeite as características regionais. Ela sempre fica no papel de fornecedora de coisas para o país. Mas não pode ser apenas um almoxarifado.***

Melhor é explorar essa que já está 50% explorada, e mandar reflorestá-la. E essa área, além disso, tem que produzir alimentos. E ser uma área de um novo modelo de reforma agrária, porque é uma vergonha o que existe. Eu ando pela Amazônia, e sabem o que é a reforma agrária por lá? É jogar a turma no meio da mata, sem estrada, sem mercado, sem capacitação para distribuir a produção. Não, façam-me o favor! Então, eles ficam lá um tempo, arrebentam a mata e vão embora, ou então passam a terra para um fazendeiro e viram “laranjas”. Minha proposta é que façam cinquenta colônias numa área próxima à estrada e próxima à cidade, e implantem uma produção de alimentos para aquela área e para outras da Amazônia – na mata aberta, que é passível dessa exploração. E o coração florestal ficará sendo a área de aprofundar a pesquisa sobre os serviços de ecossistemas, que não é só carbono, mas é água também: o que fazer com a água? Nessa área não se poderá fazer produção agrícola, proponho até que no coração flores-

uma ideia muito interessante!”. Mas eu acho isso mesmo. Se precisar defender o coração florestal, não deixar acabar com ele, se deveria estatizar. Porque metade da mata aberta já foi embora, 40% do cerrado já morreu. Não chega? Vão arrebentar aquela maravilha? O pessoal dessa grande empresa Orsa, que faz exportação de madeira, faz manejo de madeira na fronteira do Pará com o Amapá, está no coração florestal. Era o antigo Projeto Jari. O empresário de São Paulo que está à frente do negócio nos contou que tem cotas para manejar e exportar. Isso é outro problema, pois se exige a certificação, mas não há gente suficiente para certificar. De qualquer maneira, há cotas. Eles nos contaram que, certa vez, com uma só árvore preencheram a cota, tal era o tamanho da árvore que abateram. Fico até emocionada ao dizer isso: já viram coisa igual? Preencher a cota com uma só árvore? Isso são as árvores do coração florestal. E vamos deixar derrubarem essa área? Precisa ser ambientalista para não querer derrubar? Mas minha

posição é diferente: quero a defesa do coração florestal através da produção. Entendem a diferença brutal? E entre uma atividade e outra dessas áreas, entre essas grandes extensões, devemos ter uma rede de cidades, a que chamei “cinturão de blindagem flexível”. Ou seja, é partir de algumas cidades que já existem e estimulá-las, planejar para que tenham uma atividade dinâmica, desenvolver as vocações econômicas que se relacionem. Por exemplo, tem-se Coari, com o negócio do petróleo. Então se pode pensar em cidades da madeira, que produzam barcos para a parte do coração florestal. Enfim, coisas desse tipo.

**RICARDO. Nessa visão em que a senhora defende o desenvolvimento com sustentabilidade, a preservação do ecossistema sem ser conservacionista, seria importante uma abertura para o Pacífico, a fim de que o Brasil começasse a se integrar pelo Pacífico com o mundo?**

O Brasil já faz isso. Toda essa América do Sul está completamente voltada para a China, o Brasil inclusive. Ela é nosso maior parceiro comercial. Mas a integração com a América do Sul é no momento a primordial. Se você olhar para o resto do continente, verá que muitos países estão contra o Brasil. Não viu o que houve com a Bolívia recentemente? Acho que fazer a integração pelo Norte separadamente é algo que os militares não apreciam, nem o Itamaraty. O Norte propriamente é Amazônia, Colômbia, Venezuela, Peru. E já existe um Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Mas não serve para muita coisa, não funciona. Quanto a saber se se deve fortalecer isso, é problemático. Os outros não querem o Brasil imperialista. Por exemplo, o Brasil planejou umas hidrelétricas no Peru, mas teve de parar, pois a sociedade peruana rejeitou completamente o projeto. O Equador, aliás, foi o primeiro a rejeitar, e mandou a Odebrecht cair fora. Quem ficou? A China: as três grandes obras de hidrelétricas no Equador são da China. Vejam agora na Argentina. A presidente mandou a Repsol embora, e quem vai entrar? A China, com certeza. Na África é ainda melhor: eles dão não só o dinheiro como a tecnologia, e ainda mandam a mão de obra junto. O pacote inteiro.

**MARCOS. A senhora diz que uma das saídas para a Amazônia é ciência, tecnologia e inovação. A fragilidade da região nessa área é patente. Há pouco constatou-se que existem 2.350 doutores nos nove estados. Segundo cálculo da própria SBPC, o número mínimo para poder haver certa autonomia de produção científica com massa crítica teria de ser dez vezes maior, ou seja, cerca de 25 mil doutores na região. Ora, uma das maiores dificuldades em ciência e tecnologia é atrair talentos para a Amazônia. E outra é que a produção científica da região é monopolizada por 70% de não brasileiros. Se no caso da Suframa teria que internacionalizar a produção, no caso da ciência e tecnologia teria que nacionalizar.**

É verdade. Mas existe agora uma novidade da Capes, que estou achando bem interessante. Ela está dando uma bolsa boa para os professores doutores que quiserem ficar uma semana por mês na Amazônia. É melhor do que uma bolsa-sanduíche, pois nesta o bolsista depois vai embora. E este, ao contrário, vai lá frequentemente.

**RICARDO. Somos um país continental, com tendência a ficar olhando para o próprio umbigo. Mas mesmo no século XXI o conhecimento que os brasileiros têm sobre a Amazônia é muito pequeno. Parte de nossas elites políticas e empresariais conhece mais os Estados Unidos ou a Europa do que propriamente as regiões brasileiras, em especial as regiões ditas periféricas. Embora a Amazônia esteja no centro do debate, e certamente seja uma questão muito mais discutida atualmente, os brasileiros têm um conhecimento dos problemas reais da região?**

Não. Os brasileiros em geral não conhecem a Amazônia. Embora este seja um espaço alvo da curiosidade do mundo todo, e não só dos brasileiros. É um espaço que gera mitos, fantasias. A Amazônia ainda é aquela fantasia. E toda vez que parece haver mudanças na superfície da Terra, crises, ou toda vez que alguma coisa emerge, ou ela é a culpada – coitada da Amazônia –, ou ela vira o paraíso. O paraíso verde, o inferno verde, o Eldorado. É porque ainda é um lugar pouco conhecido, é porque ainda tem por lá índio que não foi contactado. A Amazônia é maravilhosa.

Eu tenho um otimismo imenso em relação a essa região. O desafio é o desenvolvimento sem a destruição brutal. Temos que incorporar essa questão.

**MARCOS. Do ponto de vista da ação dos governos, federal e estadual, ainda não há um consenso sobre o que fazer com a Amazônia, digamos, dentro da dinâmica cultural, social, econômica nacional. Como a senhora acha que as coisas vão andar daqui para a frente?**

Não sei se infelizmente, mas acho que eles vão mesmo fazer as hidrelétricas e a navegação fluvial para exportar soja. Acho que isso é que vai pesar. Os movimentos sociais são muito importantes, mas ainda não têm força para barrar. Mais do que gritaram contra Belo Monte, é impossível, não é? Até no exterior, até o James Cameron, aquele do filme *Avatar*, que, aliás, não precisava, não é mesmo? E não adiantou nada, eles vão fazer. E eu até acho – não tenho tanta certeza – que uma ou outra grande hidrelétrica é preciso fazer. Não sou sectária quanto a isso. O país precisa, mas não precisa fazer dez no vale do Tapajós. Quero mostrar uma coisa para vocês, me permitam? É este mapa aqui, do Projeto Norte Competitivo. Olhem as hidrelétricas. Eu queria que vocês vissem.

**ROSA. Gente, parece um colar de pérolas!**

É isso. Este monte de pontinhos cor-de-rosa são hidrelétricas: existentes, em construção e planejadas. E isto é o Norte Competitivo. O projeto da indústria, que tal? Uma barbaridade. Entendem do que estou falando? Precisa de tantas? Não são duas ou três, não. São dez, só no vale do rio Tapajós. Então, de repente o meu discurso se confunde com o dos ambientalistas. Mas o que vocês querem? É uma coisa que me dá angústia. Um rosário. E essas continhas aqui estão na encosta dos Andes. Entrando na mata. E tem um estudo de uma ONG que diz que são 151 hidrelétricas entre Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. E que se 60% forem postas em operação vai ocorrer o corte ecológico entre os Andes e a bacia do rio Amazonas. Vai prejudicar os peixes, a sedimentação, tudo. Esse é um grande problema. Porque, quando se tem uma hidrelétrica, há uma estrada aberta, e isso inevitavelmente atrai

o desmatamento, pois é um avanço brutal de migração. E atrai também a especulação.

Outra coisa muito diferente é ter um planejamento direcionado para o desenvolvimento da região. Eu sugeri aquelas faixas, e depois disso fiz uma nova sugestão, já para outro trabalho do CGEE, que é sobre a questão institucional. Precisamos ter pelo menos três grandes instituições. Não necessitamos construí-las fisicamente, basta articulá-las em rede. A primeira é o Instituto do Coração Florestal, a fim de desenvolver um pensamento estratégico para a Amazônia. A este têm que se juntar o Ministério da Defesa, o Ipea, o BNDES, os centros de pesquisa, formando um *pool*. A segunda instituição são os parques tecnológicos, um para a floresta e um para o cerrado. Num parque tecnológico tem-se a pesquisa e sua aplicação para a indústria, e isso é fundamental, por exemplo, para desenvolver os nossos fármacos. E a terceira que sugeri, mas as pessoas franzem a cara, é a Madeira Amazon, uma empresa da madeira que cuide desde o reflorestamento até a indústria da madeira, o etanol, tudo. Essa Madeira Amazon não deve ser só brasileira, porque o Peru e a Colômbia estão arrebatando a floresta ainda mais que nós. A ideia é uma empresa para cuidar da floresta, da madeira, saber direito o que fazer com isso, incluindo o pessoal que trabalha com madeira mais pobre. Não pode ser só de elite, é para ter uma representação social ampla. Eu tenho pensado muitas coisas para a Amazônia.

**ROSA. A senhora participou das metas ecológicas da Amazônia, no Ministério do Meio Ambiente. Qual foi a reação deles a essas suas sugestões?**

Às vezes as pessoas me dizem: “Mas você falou isso!”. Eu digo: “Olhe, não é porque eu falei que quer dizer que foi bem-feito, e nem aquilo que foi feito foi o que eu falei”. Na Amazônia, entre muitas instituições, entre os militares, como eu disse, as minhas sugestões são muito bem-aceitas. Tem muita gente ligada à ciência e tecnologia que também me aceita. Mas tem gente que me acha uma sonhadora. Eu sou. Sem sonho, o que é que a gente faz? Há poucos dias, fui a Brasília e fiquei satisfeita de ver o chanceler Patriota e a ministra do Meio Ambiente

me cumprimentando e agradecendo minha participação, quando eu falei contra a economia verde.

**RICARDO. No seu livro *Amazônia: geopolítica na vira-da do III milênio*, a senhora diz que nos anos recentes ocorreu uma diminuição das migrações inter-regionais em direção à Amazônia, preponderando as migrações entre os estados da região Norte. É isso mesmo?**

É verdade. É isso mesmo. A não ser quando há a abertura de uma estrada, a construção de uma hidrelétrica – aí vem um movimento de migração muito maior. Antigamente, a grande metrópole era Belém. Depois ela foi perdendo terreno para Manaus, que hoje compete com Belém. Santarém já está bastante voltada para Manaus. Belém perdeu influência para Goiânia e Brasília, que mandam até Marabá. Então, Belém perdeu no vale para Manaus, e na estrada Belém-Brasília para Goiânia. E agora há uma enorme influência de São Paulo e Cuiabá, pela BR-63, que vai chegar a Santarém. Não por acaso, Santarém queria se independentizar e fazer outra estrada.

**RICARDO. A senhora era a favor desse separatismo, que pretendia a criação dos estados de Tapajós e Carajás?**

Claro que não. Lá só tem madeireiro entrando floresta adentro. É uma reivindicação histórica da cidade de Santarém. Quando se fez o estado do Pará, eles já queriam se transformar num estado. Santarém era uma comarca muito adiantada. Mas não se fez o estado de Santarém, só o do Pará, ao qual Santarém ficou incorporada. Eles têm um ressentimento até hoje; então é uma reivindicação cultural e de identidade, mas muito localizada na própria cidade de Santarém e ali em volta. Para o norte, ninguém nem sabe o que existe, é um vazio em direção à Guiana Holandesa. Para o sul, puseram um distrito florestal, em Novo Progresso. Ali o que tem é fazendeiro e madeireiro, vindo de Cuiabá, não tem nada a ver com Santarém. Ou seja, Santarém não manda nada para o norte, nem para o sul. É reivindicação do núcleo da cidade, da elite política local, que conseguiu mobilizar a população. Não existe base econômica nem solidária nas grandes extensões ao norte e ao sul.

**MARCOS. Ainda na linha da migração, a Amazônia é um caso histórico de exílio ecológico, estudado brilhantemente por Celso Furtado em *Formação econômica do Brasil*, e que ele chama de transumância amazônica, no final do século XIX, quando 500 mil nordestinos foram para lá por causa da seca. A pergunta é: hoje se sai do exílio ecológico para o abrigo hidrográfico na Amazônia?**

É bom não esquecer que os nordestinos foram levados. Ninguém foi sozinho. Todo mundo se refere aos “nordestinos assolados pela seca”, mas eles foram levados por gente que os organizava, para trabalhar na borracha. Você quer dizer que agora, com essa profusão de centrais hidrelétricas, vai se criar um polo de atração para novas populações? Mas não se trata de abrigo. Agora vai ser apropriação de terras, com população fundiária e pobre correndo atrás, querendo um pouquinho de terra. Só isso.

**RICARDO. O professor José Eli da Veiga diz que existe uma tensão no Brasil entre o competitivo mundo do *agribusiness* internacional, exportando grãos em geral, e uma agricultura familiar que ainda precisa de apoio da esfera governamental. A senhora concorda com essa abordagem?**

Claro! Por isso estou pedindo para se fazer outra reforma agrária na Amazônia. Acho que minha proposta é a que deve ser: cinquenta colonos no mínimo; junta essa turma perto de uma estrada, perto de uma cidade, e vamos viabilizar economicamente o empreendimento. Vi no Acre uma coisa que me chocou e nunca esqueci: uma senhora com dois filhos, ela tinha ido para lá para um projeto de colonização, alfabetizada. Os filhos não eram alfabetizados. Isso se chama regressão social. Então entendendo o que quero dizer? Ela foi alfabetizada, os filhinhos já não são. Em Roraima, eles estão jogados num lugar onde, quando chove, ninguém passa, porque é um lamaçal. Como se pode produzir nessas condições? No Pará fizeram estudos para a pavimentação da BR-63; o nível de evasão era de 70%. O pessoal sai dos projetos de colonização porque não consegue sobreviver. Que reforma agrária é essa? Uma solução muito bonita para esses empreendimentos com pequenos agricultores era

o biocombustível. Mas parece que o projeto enrolou no meio do caminho. Com essa história do pré-sal, ninguém mais fala nisso. É um grande erro. O Brasil está apostando errado. O biocombustível tem tudo a ver com a pequena produção. E então vem o dendê. Muito bem, mas quem está fazendo dendê na Amazônia? A Petrobras e a Vale do Rio Doce. Estão comprando tudo dos pequenos produtores. A Petrobras extrai o óleo de palma, manda para Portugal para ser industrializado lá. Quer dizer, são as grandes que estão tomando conta desse mercado, nas áreas desflorestadas da Amazônia. Tem um zoneamento que diz aqui pode, ali não pode, mas há o risco de ele não ser cumprido. Por isso os pequenos estão pulando, dizendo que estão perdendo suas terras, e o que era uma forma de ganhar um dinheirinho. É muito difícil, sabem...

**ROSA. Embora difícil, nesses seus vários anos de estudos da Amazônia, a senhora acha que se está avançando num bom caminho? E o seu caminho valeu a pena?**

Ah, que pergunta-trapaça! Para mim, valeu muito a pena. Mas saber se a Amazônia nesses anos melhorou muito? Eu não sei. Acho que não melhorou muito não. Acho que continua com a economia de fronteira, continuam a desflorestar, a arrebentar com os pequenos produtores. Vejam o caso do dendê, do agronegócio. Ninguém pensa em fazer um processamento, em agregar valor para criar emprego efetivo. É duro, não é?

**RICARDO. Os Cadernos do Desenvolvimento têm procurado trabalhar na perspectiva interdisciplinar, como foi nossa conversa de hoje, pois a senhora está sempre dialogando com outras áreas, mesmo sendo uma consagrada geógrafa. A seu ver, essa interdisciplinaridade é requisito obrigatório para entender as questões do mundo contemporâneo, principalmente a questão ambiental?**

Acho que ajuda bastante, porque hoje em dia a rapidez das transformações é tal que uma ciência isolada já não consegue acompanhar as mudanças. É uma questão de ritmo. Querer fazer tudo sozinho fica difícil, não é? É preciso recorrer às outras ciências. Eu fiz livre-docência.

Sabe o que era um livre-docente na Alemanha em 1400 ou 1500? Era um sábio! Hoje não há ninguém que possa ter esse cabedal de aprofundamento. Então a transdisciplinaridade ajuda muito nisso também: você complementa o que não tem condição de fazer sozinho. Tenho duas redes de pesquisa que me dão muita informação *on-line*, fundamentais para mim, até de acontecimentos, do contrário como é que a gente fica sabendo das coisas?

**MARCOS. A população mundial chegou a 7 bilhões. No Brasil, estamos próximos dos 200 milhões e vivendo a primavera do bônus demográfico, que significa mais pessoas produzindo e menos dependentes. Mas a Amazônia ainda é um deserto, a região com a mais baixa densidade demográfica do Brasil, menos de um habitante por quilômetro quadrado. Como resolver o problema da soberania, a posse da Amazônia para os brasileiros, com uma população tão escassa e essa tendência à diminuição das famílias que se verifica no Brasil?**

Hoje em dia, a soberania se mantém de várias formas. Lembro aqui duas importantíssimas. Primeiro, o bem-estar da população. Todo mundo fala de geopolítica, de soberania, por conta das relações externas, mas existe uma face interna da soberania. Se o povo não está bem, a soberania cai. Ou não? Quem é que vai querer apoiar um Estado soberano quando está sofrendo tremendamente? É um pouco o que acontece na Amazônia. Lá o povo nunca está bem. Além disso, há múltiplas influências de fora, como vocês sabem. Então, de certa maneira, eles vão perdendo a própria identidade. Eles deveriam ter boas condições de vida, o que é essencial para assegurar a soberania. A segunda coisa é que a soberania também depende muito dos meios da telecomunicação. Não é mais você pôr lá o soldado em pé, na fronteira. Não. É ter as redes, o controle da comunicação. Os militares andaram planejando coisas interessantíssimas, na base de equipamentos modernos e de controle. Mas o Projeto Sivam, para mim, foi uma grande decepção.

**ROSA. Nos anos 1970 e 1980, na França, onde eu morava, volta e meia havia denúncias de barbaridades**

**ocorridas na Amazônia, e delegações de índios que iam a capitais europeias fazer denúncias, levados pelas igrejas. O debate era sobre a internacionalização da Amazônia; havia quase um consenso na Europa de que a região, para ser “salva”, deveria ter um controle internacional. Depois parece que o tema morreu. Como está isso hoje? E têm fundamento as histórias de contrabando de recursos da Amazônia para serem patenteados no exterior?**

Sobre a internacionalização, existe algo latente. No ano passado, um francês ainda disse que a Amazônia tinha de ser internacionalizada. Mas aí todo mundo abriu o verbo contra ele. No fundo, muita gente gostaria que fosse, mas ninguém fala mais. A diferença é que agora são vozes isoladas. Quanto à saída de material ilegal, um ou outro caso acho que existe, sim, mas não é nada sistemático. Eu mesma já viajei num avião para a Europa com um suíço ao meu lado que tinha vindo ao Brasil pegar veneno de cobra. Mas existe muita paranoia em torno disso. Com os índios, é possível que exista. Se bem que eles não vão dizer que o material foi roubado. Vão dizer que receberam de presente.

**RICARDO. Estamos encerrando a entrevista, gostaríamos de ter seus comentários finais.**

Quero dizer duas coisas. Uma é sobre o antropoceno. Propõe-se que depois da Revolução Industrial o homem tem mudado tanto a superfície da Terra que hoje ele se compara às forças da natureza, tem uma força comparável às forças da natureza. Está mudando o planeta, a tal ponto que criou uma nova era geológica, o antropoceno. Evidentemente, nesse antropoceno tudo o que o homem fez foi horrível. Eu me recuso a aceitar isso. Embora tenha havido muitas coisas malfeitas, penso que, dialeticamente, se o homem criou tudo isso, tem criatividade para solucionar várias questões. Fala-se que o crescimento demográfico, a urbanização destroem a biodiversidade, mas ninguém fala do sistema econômico e financeiro. Agora estão levando para Brisbane, numa grande reunião internacional, esse conceito de antropoceno, para ver se é aceito pela comunidade científica como uma nova era geológica, mas há uma

reação dos geólogos, que dizem que uma coisa não tem nada a ver com a outra. E mais uma coisa que quero contar, e que estou adorando, é que estou escrevendo um livro sobre certas cidades da Amazônia que tiveram surtos de crescimento. Pois lá só se cresce num surto, depois as cidades declinam. Tive que enveredar pela história, é claro. São seis cidades trabalhadas com minha equipe; escolhi me concentrar em Manaus e Parintins. Ao estudar a história de Manaus, descobri um veio interessantíssimo: a Amazônia caribenha. Que é o seguinte: os portugueses estavam na parte ocidental da Amazônia, vindos do Nordeste, do Maranhão, como Celso Furtado conta muito bem. Do outro lado, dos Andes, vieram os espanhóis. Os nordestinos são, no fundo, os bandeirantes da Amazônia, sempre foram. Foi o Nordeste que entrou para conquistar a Amazônia. Então, ouçam bem, Manaus nasceu como pouso de tropa. Todo mundo diz que nasceu como forte. Não, nasceu como pouso de tropa, com gente que vinha de Belém e do Maranhão para caçar índio nos vales do rio Branco e do rio Negro. Ali passou a existir uma grande concentração de indígenas. Por quê? Porque havia os espanhóis de um lado, os portugueses de outro, e do alto, do Caribe, vinham os holandeses, os franceses e os ingleses. E os que vieram do Pará e do Maranhão para caçar índio no vale do Rio Branco, ao chegar, encontraram os holandeses, contra quem guerrearam, disputando os índios. Quer dizer, essa parte norte acima de Manaus foi caribenha muito antes de ser portuguesa, ou espanhola, ou brasileira. Depois que eles fizeram o pouso de tropa é que veio o clássico binômio do forte e dos missionários. Fui estudar essa história. É fantástica. Os holandeses tinham um império no que é hoje a Guiana Inglesa. Estive lá no mês passado, quando Roraima me ofereceu um título de *honoris causa* e também um passeio até a Guiana Britânica. Era onde ficaria o famoso Eldorado que muitos iam buscar, com o qual muitos sonhavam. Achei muito bonita essa história da Amazônia caribenha. É uma história não contada. Fica como epílogo da nossa conversa, demonstrando como a ciência tem enorme contribuição a dar para o conhecimento e o desenvolvimento responsável da região.

§